

Críticas à falta de informações

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

Depois de oito horas de sucessivas sessões, algumas delas marcadas pelos protestos de senadores inconformados com a falta de impressos informando quais matérias estavam sendo votadas, o Senado aprovou, na última sexta-feira, um projeto de lei complementar à Constituição que trata da divisão de tributos para União, Estados e Municípios. Paralelo à sessão, o secretário de Fazenda de São Paulo, José Machado de Campos Filho, negociava com os líderes de governo a aprovação de um ofício solicitando autorização para que o estado trocasse LFTP pelo equivalente a 353,5 milhões de BTNF mais 66,8 milhões de LFT.

A sessão matutina do Senado foi marcada pelos discursos de despedidas dos senadores Roberto Campos (PDS-MT) e Marcondes Gadelha (PFL-PB). No início da tarde, quando começaram as votações, o senador Mário Covas passou a pedir a palavra, até com certa regularidade, para criticar a falta de impressos que informasse aos senadores o que estava sendo votado. "Estamos votando caixas pretas", protestou a certa altura o senador Juhahy Magalhães (PSDB-BA).

O Senado tentou votar dois projetos de autoria do presidente da Casa, senador Nélson Carneiro (PMDB-RJ), referentes a procedimentos administrativos. Um deles determina a assinatura do ponto por todos os funcionários da

Casa, inclusive aqueles lotados em gabinetes de senadores, o outro, a extinção de 350 cargos vagos no Senado. Por não concordar com os projetos, o senador Saldanha Derzi (PRN-MT) pediu verificação de quórum apoiado por colegas como Lourival Batista (PFL-SE) e João Lobo (PFL-PI). Em seis verificações, o quórum não superou o número de 30 senadores em plenário. O quórum mínimo para deliberação é 38.

Quando o senador Iram Saraiva (PDT-GO), que presidia a sessão, anunciou a votação de projeto de lei complementar por acordo de lideranças, o senador Mário Covas levou as mãos à testa. É que a Constituição determina que essas leis precisam ser aprovadas por maioria absoluta

(38 votos). E a votação tem de ser nominal, segundo disse Saraiva, de acordo com o regimento. Ao questionar Mário Covas, este respondeu: "Estou estupefato". "A mesa também", respondeu Iram. O senador Nélson Wedekin (PDT-SC) questionou o ato e pediu o adiamento da votação de outros projetos de lei complementar que estavam em pauta.

Também na sexta-feira, o líder do governo na Câmara e no Senado, deputado Humberto Souto (PFL-MG), admitiu que o governo poderia editar medidas provisórias até esta segunda-feira. Segundo ele, o Congresso se esforçaria para votá-las, se fossem editadas. Se elas saírem, porém, e não forem votadas, o recesso do Congresso poderá ser quebrado.